

# ALVIN PLANTINGA: SOBRE O PROBLEMA LÓGICO DO MAL

*Emerson Martins Soares*<sup>64</sup>

Universidade Federal de Pelotas

## I

Este texto trata sobre filosofia da religião, ou seja, a reflexão filosófica sobre temas centrais da religião. Mais precisamente, este texto trata sobre o problema lógico do mal, o componente mais amplamente aceito da *ateologia* natural, que é a tentativa de provar que Deus *não* existe ou que, de alguma forma, é irrazoável ou irracional acreditar que ele existe. A *ateologia* natural é, basicamente, a tentativa de alguns filósofos de apresentar argumentos a favor da falsidade das crenças religiosas em geral, bem como a tentativa de demonstrar que a crença em Deus é, de alguma forma, irracional ou irrazoável. (Apenas para nomear alguns destes filósofos, temos, por exemplo, as figuras de Epicuro, assim como as de Hume, J. S. Mill e muitos outros). Tais filósofos creem que a existência do mal no universo constitui uma dificuldade para o teísta, e muitos creem ainda que a existência do mal é o que torna a crença em Deus irrazoável ou racionalmente inaceitável. Tais filósofos entendem que há uma inconsistência lógica nas crenças que os teístas geralmente aceitam tais quais as crenças de que Deus é onipotente, onisciente e sumamente bom, que devemos tomar como implicando que Deus existe, pois são inconsistentes com o mal que há no mundo.

Assim, muitos filósofos argumentaram que

(1) Deus é onipotente, onisciente, e sumamente bom

---

<sup>64</sup> Graduando em Filosofia pela UFPel (Email). Texto sob orientação do professor doutor Carlos Adriano Ferraz. Gostaria de agradecer ao Prof. Carlos pela orientação bem com pelo estímulo e apoio na pesquisa de temas relacionados à Filosofia da Religião e, especificamente, a obra de Plantinga, especialmente sua ideia de Epistemologia Reformada.

é inconsistente, em um sentido lógico amplo<sup>65</sup>, com

(2) Há mal no mundo.<sup>66</sup>

Pois, dizem tais filósofos, um ser onipotente seria capaz de prevenir o mal, um ser onisciente conheceria toda forma de mal, e um ser sumamente bom preveniria todo mal que conhecesse. A conclusão óbvia disso é que, se há um ser com esses atributos, então *não* deve haver mal no mundo. Mas há mal no mundo, portanto, não existe tal ser como Deus. Um exemplo famoso e muito discutido disso segue de um texto intitulado *Evil and Omnipotence*, de John Mackie. Em seu texto, Mackie diz:

Penso, contudo, que é possível fazer uma crítica mais significativa por meio do problema tradicional do mal. Aqui se pode mostrar não que as crenças religiosas carecem de sustentação racional, mas antes que são positivamente irracionais, que as diferentes partes da doutrina teológica essencial são *inconsistentes* entre si.  
(MACKIE, 1971, p. 92)

O que Mackie quer dizer é que há uma inconsistência lógica em aceitar as premissas acima descritas. Mas, obviamente, as proposições (1) e (2) que são aceitas pelos teístas não são formalmente inconsistentes; os recursos da lógica sozinhos não nos permitem deduzir uma contradição explícita da conjunção delas. Contudo, Mackie afirma que a crença teísta inclui uma inconsistência ou contradição, mas não qualquer tipo de contradição senão uma contradição implícita. Vejamos o que Mackie diz:

---

<sup>65</sup> Isto é, nas leis da lógica comum, tais quais, as leis da lógica proposicional e a teoria da quantificação.

<sup>66</sup> O problema do mal como apresentado neste trabalho bem como por Plantinga (PLANTINGA, 1974) é um problema lógico, isto é, diz respeito à compatibilidade lógica da existência de Deus juntamente com a existência de mal no mundo, isto porque o problema é sobre a consistência de (1) e de (2). Além de ser um problema lógico ele é também um problema abstrato porque não está preocupado com algum tipo particular de mal, ou seja, não depende de algum mal específico como, por exemplo, o holocausto judeu, pois (2) é verdadeira apenas se houver algum mal no mundo e não algum tipo específico de mal.

Na sua forma mais simples, o problema é este: Deus é onipotente e totalmente bom, contudo o mal existe. Parece haver alguma contradição entre estas três proposições, de modo que, se quaisquer duas delas fosse verdadeiras, a terceira seria falsa. Mas, ao mesmo tempo, as três são partes essenciais da maior parte das posições teológicas; o teólogo, ao que parece, tem ao mesmo tempo de aderir as três e *não pode consistentemente* aderir a todas. (MACKIE, 1971, p. 92-93)

Para Mackie o conjunto das proposições descritas pelos conjuntos (1) e (2), o qual a partir de agora chamaremos de  $\mathcal{A}$  para facilitar nossa compreensão, é implicitamente contraditório. Mas o que é um conjunto implicitamente contraditório? Um conjunto é implicitamente contraditório se há, num conjunto  $S$ , uma proposição necessária<sup>67</sup>  $p$  tal que acrescentar o resultado de  $p$  a  $S$  é um conjunto formalmente contraditório. Assim quando Mackie afirma que o conjunto  $\mathcal{A}$  é contraditório, ele sustenta que  $\mathcal{A}$  é implicitamente contraditório no sentido acima explicado<sup>68</sup>. Como afirma o próprio Mackie:

Contudo, a contradição não emerge imediatamente; para exibi-la, precisamos de premissas adicionais, ou talvez regras quase lógicas que conectem os termos “bem” e “mal” e “onipotente”. Esses princípios adicionais são que o bem se opõe ao mal, de modo que uma coisa boa elimina sempre o mal na medida em que puder fazê-lo, e que não há limites ao que um ser onipotente pode fazer. A partir disso, segue-se que uma coisa boa onipotente elimina o mal completamente, e então as proposições de que uma coisa boa onipotente existe, e de que o mal existe, são incompatíveis. (MACKIE, 1971, p. 93)<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Uma proposição é necessariamente verdadeira apenas se for impossível que ela seja falsa, ou se a sua negação não for de alguma forma possivelmente verdadeira. Cf. PLANTINGA, 1974, p. 14.

<sup>68</sup> Cf. PLANTINGA. *God, Freedom and Evil*. p. 14ss.

<sup>69</sup> Portanto, segundo Mackie, para se demonstrar a inconsistência lógica do conjunto  $\mathcal{A}$  é necessário incluir algumas proposições ou “premissas adicionais”, como ele as denomina. E, para Mackie mostrar que está correto em sua afirmação de que o conjunto  $\mathcal{A}$  é inconsistente, ele deve exibir uma proposição que seja necessária e que, em conjunção com as premissas (1) e (2) produza formalmente uma contradição. Não entrarei aqui nas premissas dadas por Mackie por falta de tempo e espaço e também porque o próprio Plantinga já demonstrou a não validade necessária das mesmas em *God, Freedom and Evil* p. 12-24.

Assim, para sustentar a tese de que há uma contradição implícita no conjunto  $A$ , o *ateólogo* tem de encontrar uma proposição necessariamente verdadeira  $p$ , que pode ser uma conjunção de várias proposições, não precisando necessariamente ser apenas uma, de modo que acrescentar  $p$  ao conjunto  $A$  dê origem a outro conjunto que seja formalmente contraditório. Deste modo, teríamos uma contradição no conjunto  $A$  e ninguém, de forma racional, poderia aceitá-lo sem passar pelo ridículo, uma vez que é irracional aceitar proposições contraditórias em um conjunto de crenças qualquer. O problema é que, conforme Plantinga, nenhum *ateólogo* apresentou nenhum candidato que seja minimamente plausível para desempenhar este papel.

Alvin Plantinga<sup>70</sup>, por sua vez, quer demonstrar a existência de uma proposição, digamos  $x$ , que seja consistente com (1) e que juntamente com (1) implique (2). Para isso ele propõe uma defesa do livre-arbítrio, que tem por objetivo mostrar que há um mundo possível em que (1) e (2) sejam ambas verdadeiras.<sup>71</sup> O que temos que ter em mente para compreendermos a defesa do livre-arbítrio que Plantinga propõe é a ideia de que seria moralmente mais valioso permitir algum tipo de mal no mundo em ordem de criar um universo contendo criaturas livres que livremente fazem o que é correto em diversas ocasiões quando elas também poderiam ter agido livremente de forma errada. Outro ponto central para a defesa do livre-arbítrio é a ideia que Deus não pode criar tal universo, isto é, com criaturas livres que escolhem livremente o que é correto, sem criar um universo contendo algum tipo de mal na forma de ações

---

<sup>70</sup> Alvin Plantinga lecionou e trabalhou durante anos nas áreas de epistemologia, metafísica, lógica, filosofia da religião e filosofia da ciência. De formação calvinista, foi por 19 anos professor no Calvin College e por 22 anos professor na University of Notre Dame, EUA, e ficou conhecido no mundo acadêmico por suas tentativas de discutir as possíveis relações entre religião e ciência e suas teorias no campo tanto da epistemologia quanto da epistemologia religiosa.

<sup>71</sup> Para mostrar que uma proposição  $p$  é consistente com uma proposição  $q$  deve-se oferecer uma proposição  $r$ , cuja conjunção com  $p$  seja consistente e que juntamente com  $p$  implique  $q$ . Portanto, o que o defensor do livre-arbítrio, que é a forma como Plantinga chama a si mesmo e aqueles cuja tese serve para mostrar a consistência lógica do conjunto  $A$ , deve fazer para ser bem sucedido em sua defesa é achar tal proposição. Cf. PLANTINGA, 1974, p. 164ss.

morais incorretas (quando tais criaturas agem mal em relação a uma determinada ação moralmente significativa).

No que se segue farei uma exposição deveras parafrásica e em nada original da defesa do livre-arbítrio de Plantinga – tal exposição será acompanhada de algumas leituras secundárias para facilitar a compreensão do argumento. Assim, apresentaremos tal defesa bem como sua conclusão de que a existência de Deus *não* é logicamente incompatível com a existência do mal no mundo como o fazem crer os *ateólogos*.

## II

O background para se entender a defesa do livre-arbítrio<sup>72</sup> que Plantinga faz é a teoria libertariana da liberdade<sup>73</sup>. Para o nosso presente propósito, o libertarianismo pode ser resumido em apenas uma proposição, ou seja, um ato livre não é suficientemente causado por nada externo ao agente. O que implica que Deus não pode criar seres livres e determinar o que eles fazem livremente. Assim, o que é relevante para a defesa do livre-arbítrio é ser livre com respeito a uma ação, mas não qualquer ação senão uma ação que seja moralmente significativa. Conforme Plantinga, uma pessoa *S* é livre com respeito a uma ação se ela for livre para realizar tal ação e livre para abster-se de realizá-la. Nenhuma lei causal ou condições anteriores determinam se a

---

<sup>72</sup> É importante notar que o sentido que Plantinga se utiliza de “livre” em sua defesa do livre-arbítrio é em uma via incompatibilista, isto é, um sentido no qual a liberdade é incompatível com o determinismo. Dado esta noção de liberdade é que Deus pode criar criaturas livres, mas não pode causar ou determinar que elas façam apenas o que é correto.

<sup>73</sup> Plantinga discute duas objeções à sua defesa do livre-arbítrio. Uma é a objeção compatibilista; outra é aquela levantada por Mackie de que se Deus é onipotente Ele pode criar qualquer mundo logicamente possível, portanto pode criar um mundo onde as pessoas sempre agem corretamente, isto é, um mundo contendo bem moral, mas sem mal moral. A primeira objeção, por ser a de menor importância e pela falta de espaço, não será tratada neste trabalho. A segunda é apresentada e discutida de maneira simples e breve nas páginas que se seguem.

pessoa em questão realizará ou não tal ação. Isto é, está em seu poder, quando diante da ação, realizar a ação bem como abster-se de realizá-la.<sup>74</sup>

Além disso, como dito, tal ação deve ser moralmente significativa para a pessoa em questão. Uma ação é moralmente significativa, para uma dada pessoa em um dado momento de tempo, se for correto para ela realizar tal ação e errado não a realizar, ou de forma contrária, se for correto para ela não realizar tal ação e errado realizá-la. Um exemplo típico de uma ação moralmente significativa é cumprir uma promessa feita a um amigo, pois manter uma promessa é geralmente moralmente significativo para uma pessoa, ao passo que escolher a roupa que vestir para trabalhar ou para ir ao shopping não o é.

Outra ideia que se deve ter em mente é a distinção que deve ser feita entre os tipos de mal, a saber: o mal moral e o mal natural. O mal moral é aquele mal que resulta de algum agente livre qualquer, em nossa caso um ser humano, errar com respeito a uma ação que seja moralmente significante para ele, como por exemplo, o sofrimento devido à crueldade humana. Qualquer outro tipo de mal é mal natural, como por exemplo, o sofrimento resultante de uma avalanche ou um maremoto, onde pessoas perdem suas vidas. Portanto, nossa análise se restringe ao mal moral.

Assim, a defesa do livre-arbítrio, segundo Plantinga, pode ser vista como a tese de que é possível que Deus não tenha criado um universo com criaturas livres e contendo bem moral sem criar um mundo contendo mal moral, ou seja, Deus, embora seja onipotente, não poderia ter criado qualquer mundo possível senão um mundo contendo mal moral porque as criaturas livres que Deus cria são capazes de agir mal em relação a uma determinada ação exatamente por serem livres. Agora, a partir das definições e distinções

---

<sup>74</sup> Cf. PLANTINGA, 1974, p. 165ss.

acima demonstradas, podemos oferecer uma descrição da defesa do livre-arbítrio que Plantinga faz nas palavras do próprio Plantinga, como segue:

Um mundo contendo criaturas que são, de vez em quando significativamente livres (e, livremente, realizam, de modo quantitativo, mais ações boas do que más) é mais valoroso, se todo o resto for igual, que um mundo sem nenhuma criatura de fato livre. Não obstante, Deus poderia criar criaturas livres, mas Ele não pode causar que elas façam somente o que é correto. Se Ele assim fizesse, então elas não seriam, de fato, significativamente livres; elas não fariam o que é correto livremente. Portanto, para criar criaturas capazes de criar bem moral, Ele deve criar criaturas capazes de mal moral e não pode deixar essas criaturas livres para realizar o mal, e ao mesmo tempo, impedi-las de fazer tal coisa. De fato, Deus cria seres significativamente livres, mas alguns deles erram no exercício da sua liberdade: esta é a origem do mal moral. O fato de essas criaturas livres, algumas vezes, errarem não depõe nem contra a onipotência de Deus, nem contra sua bondade; Ele, pois, somente poderia impedir a ocorrência do mal moral, eliminando a possibilidade do bem moral. (PLANTINGA, 1974, p. 166-167)

Dito isto, devemos examinar a afirmação de que Deus não tem poder para criar qualquer mundo possível que lhe aprouvesse, pois, como visto, esta é tese central para a defesa do livre-arbítrio que Plantinga propõe. Mas que gênero de coisa é um mundo possível? A ideia básica é que um mundo possível é um modo como as coisas poderiam ter sido, ou seja, um mundo possível é um estado de coisas de certo tipo, isto é, um mundo possível é um estado de coisas possível, mas nem todo estado de coisas é um mundo possível. Para um estado de coisas ser um mundo possível tem de ser muito vasto, tão vasto que seja completo ou máximo, ou seja, é qualquer estado de coisas possível que seja completo. Digamos que  $\mathcal{A}$  seja um mundo possível,

então  $\mathcal{A}$  diz algo sobre tudo. Todo o estado de coisas  $S$  está incluído nele, ou é por ele excluído.<sup>75</sup>

A pergunta a se fazer é: se Deus é onipotente, ele poderia então ter atualizado qualquer mundo possível? Segundo Plantinga, *não*. Não, se o próprio Deus é um ser contingente, pois se Ele é um ser contingente há mundos possíveis nos quais Ele certamente não existe.<sup>76</sup> Logo, certamente, Ele não poderia ter atualizado nenhum destes mundos. Os mundos que Deus tem o poder para atualizar são os mundos nos quais Ele existe, portanto nossa atenção deve ser restrita a estes mundos em questão.

Agora, com isto em mente, podemos prosseguir. Plantinga afirma que se sou livre com relação a uma dada ação, digamos,  $B$ , então Deus não faz com que seja o caso que eu realize ou deixe de realizar esta ação. Deus não faz isto nem pelas leis por ele estabelecidas, isto é, pelas leis da física, química, etc. nem por intervenção direta ou por qualquer outro modo. Pois se Deus faz com que seja o caso que eu realize  $B$ , então não sou livre para me abster de realizar  $B$ , logo não sou livre com respeito a  $B$ . Porém, se for o caso que alguém seja livre com respeito a  $B$ , Deus não pode fazer com que seja o caso nem que este alguém realize livremente, nem que livremente não realize esta ação, isto é,  $B$ . Assim, conforme Plantinga, diante disso verifica-se que há muitos estados de coisas contingentes, e não está ao alcance do poder de Deus fazer com que sejam atuais, porque Ele não pode fazer com que seja o caso que eu livremente realize uma ação  $B$ , pois se Ele assim o fizer, Ele faz com que seja o caso que eu realize  $B$ , situação na qual eu não ajo livremente.

---

<sup>75</sup> Cf. PLANTINGA, 1974, p. 34ss.

<sup>76</sup> Para Plantinga, um ser necessário existe em todos os mundos possíveis, isto é, existe seja qual for o mundo possível que tivesse sido atual. Já um ser contingente existe apenas em alguns mundos possíveis. Plantinga, assim como muitos teístas, pensa Deus como um ser contingente, logo há muitos mundos possíveis no qual Ele não existe. Mas, como diz Plantinga, isto é irrelevante para seus propósitos.



Para Plantinga, Deus pode atualizar um estado de coisas  $S$ , somente se ele pode causar  $S$  ou fazer com que  $S$  seja o caso, isto é, fazer com que  $S$  seja atual. Portanto, há muitos estados de coisas contingentes  $S$  que Deus não pode atualizar, porque conforme Plantinga:

Dada apenas a possibilidade de que existem criaturas-agentes livres, podemos dizer que existem vários mundos possíveis que incluem a existência de Deus e que também incluem um estado de coisas contingente  $S$  tal que não há um momento de tempo no qual Deus pode atualizar  $S$ . Portanto (...), existem muitos mundos possíveis que Deus não poderia ter atualizado, embora eles incluam sua existência: todos aqueles mundos contendo um estado de coisas com um agente livremente realizando ou livremente se abstendo de realizar uma ação. Visto que um mundo contendo bem moral é um mundo com tais características, Deus não poderia ter atualizado nenhum mundo contendo bem moral; *a fortiori*, Ele não poderia ter atualizado um mundo contendo bem moral, mas sem nenhum mal moral. (PLANTINGA, 1974, p. 171).

Assim, o defensor do livre-arbítrio afirma que é possível que

(3) Deus é onipotente e não estava em seu poder criar um mundo com bem moral, mas sem mal moral.<sup>77</sup>

Mas, ao contrário disso, o *ateólogo* insiste na possibilidade de Deus poder atualizar qualquer mundo possível que escolhesse, pois se Deus é onipotente, segue-se que Ele poderia ter atualizado um mundo contendo bem moral, mas sem mal moral, o que invalida a tese do defensor do livre-arbítrio. O problema com tal argumentação é que ela é falsa, não porque não haja muitos mundos possíveis que contém bem moral, mas nenhum mal moral, pois de fato tais mundos são realmente possíveis. O erro de tal argumentação é o que Plantinga chama de o “lapso de Leibniz” que consiste em afirmar que

---

<sup>77</sup> PLANTINGA, 1974, p. 170.

Deus poderia ter atualizado qualquer mundo possível que lhe aprouvesse, o que de fato não decorre.<sup>78</sup>

Para demonstrar isso tomemos um exemplo plantingiano<sup>79</sup>. Eduardo, o prefeito de Pelotas, opõe-se ao traçado proposto para a criação de uma nova estrada que desafogaria o trânsito de Pelotas, pois isso exigiria a destruição de uma antiga igreja, assim como outras construções históricas, ainda que mal cuidadas, de Pelotas. Então o diretor do plano para a construção da estrada, vamos chamá-lo de João, pergunta se ele abandonaria sua posição por quarenta mil reais. Não disposto a quebrar com a velha tradição dos políticos brasileiros, Eduardo responde que “sim”. Após o acordo do valor para o suborno estar negociado, João, o diretor do plano para a construção da estrada e que ofereceu o suborno, passa a noite em claro se perguntando se poderia ter comprado Eduardo por vinte mil reais e assim economizado os outros vinte mil reais e gasto numa de suas viagens a Cuba. Isto é, João está se perguntando qual das sentenças abaixo seria verdadeira:

(4) Se tivesse sido oferecido vinte mil reais a Eduardo, ele teria aceito o suborno.

Ou

(5) Se tivesse sido oferecido vinte mil reais a Eduardo, ele teria rejeitado o suborno.<sup>80</sup>

Conforme Plantinga, se isto for verdadeiro, então há um estado de coisas  $S'$  que inclui um suborno de vinte mil reais sendo oferecido a Eduardo,

---

<sup>78</sup> Para uma descrição completa do “lapso de Leibniz” e de como Plantinga chega à conclusão de que, de fato, o pensamento de Leibniz de que Deus sendo onipotente poderia criar qualquer mundo possível, o que leva a tese *ateológica* de que se Deus é onipotente, então Ele poderia ter criado um mundo contendo bem moral, mas sem nenhum mal moral, é errônea, veja PLANTINGA, 1974, p. 180-184.

<sup>79</sup> A partir deste ponto, faço uma paráfrase do exemplo de Plantinga contido no capítulo 9 seções 4 e 5 do seu livro *The Nature of Necessity*. O exemplo original de Plantinga encontra-se nas p. 165ss.

<sup>80</sup> As proposições (4) e (5) decorrem do exemplo que Plantinga faz em *The Nature of Necessity*, p. 165ss. Aqui as utilizo a fim de deixar claro o que fora acima exposto. Delas decorre que Deus não pode atualizar todo e qualquer estado de coisas, pois se ele atualizar, digamos, (4) obviamente fica impedido de atualizar (5) e vice e versa.

mas não inclui sua aceitação nem a sua rejeição e, no que diz respeito a todo o resto, continua igual. Isto quer dizer que  $S'$  está incluído em pelo menos um mundo  $M$  em que Eduardo aceita o suborno e em pelo menos um mundo  $M'$  em que rejeita o suborno. Agora, considere  $M'$ , um mundo onde Eduardo é significativamente livre, e assim há em  $M'$  ações que são moralmente significativas para ele em relação as quais ele é livre. Porém, pelo menos uma dessas ações, digamos  $C$ , tem a seguinte propriedade peculiar: há um mundo  $S'$  que decorre em  $M'$  de modo que: (1)  $S'$  inclui Eduardo sendo livre em relação a  $C$ , mas não inclui sua realização nem sua abstenção; (2) caso contrário,  $S'$  é tanto quanto possível como  $M'$ ; e (3) se  $S'$  tivesse sido atual, Eduardo teria agido mal com respeito a  $C$ .<sup>81</sup>

Isto quer dizer que Deus não poderia ter atualizado  $M'$ , o que demonstra que Deus não pode atualizar qualquer mundo possível que lhe aprovesse. Pois para atualizar  $M'$ , Ele seria obrigado a tornar  $S'$  atual, o que quer dizer que Eduardo agiria mal com respeito a  $C$ , pois se Ele causar o fato de Eduardo agir bem com relação a  $C$ , então Eduardo não é livre com relação a  $C$ , e assim mais uma vez não é  $S'$  que é atual. Por conseguinte, Deus não pode criar  $M'$ .<sup>82</sup> Nas palavras do próprio Plantinga:

Há um mundo possível  $W$ , onde Deus atualiza fortemente uma totalidade  $T$  de estados de coisas, incluído a liberdade de *Eduardo* com respeito a aceitação do suborno, e em que *Eduardo* o aceita. Mas há outro mundo possível  $W^*$ , onde Deus atualiza os mesmos estados de coisas e em que *Eduardo* rejeita o suborno. Agora, suponha que é verdade que, se Deus tivesse atualizado  $T$ , *Eduardo* teria aceito o suborno: então, Deus não poderia ter atualizado  $W^*$ . E se, por outro lado, *Eduardo* tivesse rejeitado o suborno, caso Deus tivesse atualizado  $T$ , então

---

<sup>81</sup> Cf. PLANTINGA, 1974, p. 35ss.

<sup>82</sup> *Idem*, p. 36.

Deus não poderia ter atualizado *W*. Assim de um modo ou de outro, há mundos que Deus não poderia ter atualizado.<sup>83</sup> (PLANTINGA, 1974, p. 180-181)

### III

Do acima exposto, segue-se que Deus não está em poder de criar um mundo em que Eduardo produza bem moral sem produzir mal moral, ou seja, Deus, embora onipotente, não pode criar qualquer mundo possível conforme o “lapso de Leibniz”. Mas, por que tal afirmação? O que está em jogo aqui é a tese crucial para o defensor do livre-arbítrio, isto é, a tese de que

(3) Deus é onipotente e não estava em seu poder criar um mundo com bem moral, mas sem mal moral.<sup>84</sup>

O que acontece é que Eduardo, o personagem do nosso exemplo, sofre daquilo que Plantinga chama *depravação transmundial* (transworld depravity). Segue a definição de Plantinga sobre a depravação transmundial:

Uma pessoa P sofre de depravação transmundial se, e somente se, para todo mundo W tal que P é significativamente livre em W e P somente faz o que é correto em W, há um estado de coisas T e uma ação A tal que

(1) Deus atualiza fortemente T em W e T inclui todo estado de coisas que Deus atualiza fortemente em W,

(2) A é moralmente significante para P em W

e

(3) Se Deus tivesse atualizado fortemente T, P teria errado com respeito a A. (PLANTINGA, 1974, p. 186).

Segundo Plantinga, o que é importante com a ideia de depravação transmundial é que, se alguém sofre dela, não estaria ao alcance do poder de

---

<sup>83</sup> Em todas as citações a partir desta em que conter o nome Eduardo, substituo o nome do exemplo original de Plantinga, a saber, *Curley*, pelo nome Eduardo, para facilitar a compreensão do exemplo, pois venho-me utilizando deste nome ao longo do exemplo acima exposto.

<sup>84</sup> PLANTINGA, 1974, p. 170.

Deus atualizar nenhum mundo possível no qual esta pessoa seja significativamente livre, mas não cometa algum tipo de erro qualquer, isto é, um mundo onde ela produz bem moral, mas não produza nenhum tipo de mal moral. Para Plantinga, é perfeitamente possível que todos sofram daquilo que ele chama de depravação transmundial e, se essa possibilidade fosse atual, isto é, fosse o caso, Deus não poderia ter criado nenhum dos mundos possíveis que incluem a existência e a liberdade significativa das pessoas e que elas jamais ajam de forma errada em ações que sejam moralmente significativas para elas, pois elas sofrem de depravação transmundial. Portanto, para Plantinga, o preço para Deus em criar um mundo onde as pessoas são significativamente livres e produzam bem moral é criar um mundo onde elas também produzam mal moral.<sup>85</sup>

Mas, e se pensarmos que em vez de Deus nos criar, ele criasse outras pessoas que não sofressem de depravação transmundial, isto é, ele poderia ter criado um mundo contendo pessoas completamente boas, ou seja, se Ele tivesse feito isso, teria criado um mundo com bem moral, mas sem nenhum mal moral? Assim, ao que parece, dizer que as pessoas sofrem do que Plantinga chama de depravação transmundial não resolve o problema para o defensor do livre-arbítrio. Pois como dito, Deus poderia ter criado outras pessoas.

Para resolver isto, Plantinga usa a noção de essência ou conceito individual.<sup>86</sup> Voltemos a usar o exemplo do prefeito de Pelotas, Eduardo. A essência de Eduardo é uma propriedade que ele possui em todos os mundos no qual ele exista e que não é exemplificada em qualquer mundo por qualquer outro objeto diferente de Eduardo.<sup>87</sup> Mas não podemos esquecer que, segundo

---

<sup>85</sup> Cf. PLANTINGA, 1974, p.45ss.

<sup>86</sup> Essas noções são desenvolvidas por Plantinga no capítulo 5 de sua obra *The Nature of Necessity*.

<sup>87</sup> Cf. PLANTINGA, 1974 p.186-187. Mas Plantinga diz mais sobre a noção de essência ou conceito individual. Ele diz que "Uma essência, *simpliciter*, é uma propriedade *P* tal que há um mundo *W* no qual

Plantinga, Eduardo sofre daquilo que ele chama de depravação transmundial. Assim, conforme Plantinga, se Eduardo sofre de depravação transmundial, então a essência de Eduardo também possui essa propriedade.

A partir disso, Plantinga passa a aplicar a noção de depravação transmundial a essências em vez de a pessoas. Ele diz que se  $E$  é a essência de uma pessoa, digamos Eduardo, o prefeito de Pelotas, então tal pessoa é a instanciação de  $E$ , ou seja, ela é a coisa que tem ou exemplifica toda a propriedade em  $E$ .<sup>88</sup> A partir disso, Plantinga nos diz que:

Uma essência  $E$  sofre de depravação transmundial se, e somente se, para todo mundo  $W$  tal que  $E$  implica a propriedade de ser significativamente livre em  $W$  e sempre fazer o que é correto em  $W$ , há um estado de coisas  $T$  e uma ação  $A$  tal que

- (1)  $T$  é o maior estado de coisas que Deus atualiza fortemente em  $W$ ,
- (2)  $A$  é moralmente significativa para a instanciação de  $E$  em  $W$   
e
- (3) Se Deus tivesse atualizado fortemente  $T$ , a instanciação de  $E$  teria errado com respeito a  $A$ . (PLANTINGA, 1974, p. 188)

Isto porque, conforme Plantinga, toda essência sofre de depravação transmundial, que é uma propriedade de todas as essências e das pessoas que ela aflige. Assim, ao menos em uma dada ação uma pessoa significativamente livre agiria mal, de onde decorre que se Deus cria criaturas significativamente livres, Ele não pode criar um mundo contendo bem moral, mas sem mal moral.

---

há um objeto  $x$  que tem  $P$  essencialmente e é tal que, em nenhum mundo,  $W^*$  há um objeto que possua  $P$  e que seja diferente de  $x$ . Mais resumidamente, uma essência é uma propriedade (encaptic) que é essencialmente exemplificada em algum mundo, onde uma propriedade encáptica implica ou  $P$  ou  $\neg P$ , para toda propriedade  $P$  indexada por mundo." (PLANTINGA, 1974, p. 186).

<sup>88</sup> *Idem.* p. 187.

## IV

Agora, após demonstrar que Deus não pode criar qualquer mundo possível que lhe aprouvesse, ou melhor, que Deus não pode criar um mundo contendo pessoas significativamente livres e que contenha bem moral, mas sem conter mal moral, pois em algum momento essas pessoas agem mal em relação ao uso de sua liberdade, devido ao fato de sofrerem de depravação transmundial. Ou de forma contrária, que Deus só pode criar um mundo que não contenha mal moral, caso criasse este mundo sem pessoas significativamente livres. E, se todas as essências sofrem de depravação transmundial, então é impossível que Deus tenha criado um mundo contendo bem moral, mas sem mal moral. Conforme Plantinga “se toda essência sofre de depravação transmundial, então estaria para além mesmo do poder de Deus criar um mundo contendo bem moral” (PLANTINGA, 1974, p. 188), que é exatamente o que propõe o defensor do livre-arbítrio. Plantinga nos apresenta sua defesa do livre-arbítrio pela conjunção das proposições acerca de Deus, do mal no mundo juntamente com as definições com as quais ele chegou.

Assim, se estiver correto que toda essência sofre de depravação transmundial, e isso for consistente com a onipotência de Deus, podemos dizer, juntamente com Plantinga, que

(6) Toda essência sofre de depravação transmundial<sup>89</sup>

Portanto, (6) em conjunção com (1) pode ser usada para demonstrar que (1) é consistente com (2), conforme a tese do defensor do livre-arbítrio. Plantinga diz, então, que a conjunção de (1) com (6) e a inclusão de

(7) Deus atualiza um mundo contendo bem moral<sup>90</sup>

---

<sup>89</sup> *Idem.* p. 189.

<sup>90</sup> *Idem.* p. 189.

Que também é consistente, tornam as proposições (1), (6) e (7) evidentemente consistentes, isto é, a sua conjunção é uma proposição possível e isto implica que

(2) o mal existe.<sup>91</sup>

Portanto, segundo Plantinga, (1) é consistente com (2) graças a conjunção com (6) juntamente com (7). Assim, segundo Plantinga, a defesa do livre-arbítrio é bem sucedida.<sup>92</sup> Dado o fato de que, como visto, não estava ao alcance de Deus criar um mundo contendo bem moral, mas sem mal moral, pois se Deus pretende criar um mundo contendo bem moral, deve criar criaturas significativamente livres, cuja cooperação é algo do que Ele deve depender. Pois conforme Plantinga, “o ponto essencial da defesa do livre-arbítrio é que a criação de um mundo contendo bem moral é um projeto cooperativo; ele requer a participação espontânea de criaturas significativamente livres”. (PLANTINGA, 1974, p. 189)

Portanto, o conjunto  $\mathcal{A}$  não é contraditório como sugerem os ateólogos, logo a defesa do livre-arbítrio é bem sucedida naquilo que se propõe: oferecer uma proposição  $r$ , cuja conjunção com  $p$  seja consistente e que juntamente com  $p$  implique  $q$ . A conclusão é que o problema do mal não é de fato um problema no sentido de conseguir demonstrar que a crença em Deus é irracional ou irrazoável, e assim inaceitável por ser contraditória. Então, aqueles que creem na existência de Deus, podem manter sua crença sem serem acusados de incorrer numa contradição, o que de fato é inaceitável, uma vez que é irracional aceitar proposições contraditórias em um conjunto de crenças qualquer; porém, não há de forma alguma incoerência lógica em manter as

---

<sup>91</sup> Plantinga diz que não precisamos saber se as proposições (6) e (7) são verdadeiras, ou prováveis face as nossas evidências, ou algo do gênero. Elas só precisam ser consistentes com (1) e juntamente com (1) implicar (2), o que de fato as proposições (6) e (7) são e fazem.

<sup>92</sup> *Idem.* p. 189



crenças que um teísta geralmente mantém juntamente com o mal moral que há no mundo.

É claro que ainda deve-se responder por que o mundo contém uma grande quantidade de mal moral ou por que Deus não criou um mundo moralmente melhor, isto é, um mundo contendo menos mal moral ou ainda com muito mais bem moral do que o nosso. Contudo, Plantinga argumenta que isto possivelmente também não estava ao alcance do poder de Deus, que é tudo o que o defensor do livre-arbítrio precisa, pois este já tem garantida a consistência lógica do conjunto *A* mediante a adição das premissas (6) e (7). Assim, a defesa do livre-arbítrio é bem sucedida em demonstrar que não há uma inconsistência lógica em crer na existência de Deus dado a existência de mal moral no mundo, como insistiam os *ateólogos*, tal como o faz Mackie, dentre outros. Portanto o teísta pode racionalmente suportar, mediante tal defesa, sua crença em Deus, pois ao que tudo indica o trabalho de Plantinga é definitivo.<sup>93</sup>

Cabe ainda dizer que a defesa do livre-arbítrio que Plantinga faz como descrita neste trabalho e de forma mais completa e acurada em suas obras *The Nature of Necessity* e *God, Freedom and Evil*, tem sido tradicionalmente, desde sua data de publicação em meados dos 70, considerada por muitos filósofos, dentre eles William Rowe (o famoso proponente do argumento evidencialista do mal), como bem sucedida, o que explica o abandono do desenvolvimento e análise de argumentos lógicos do mal e a concentração em argumentos evidencialistas, nas bases do trabalho de Rowe, que são aqueles que consideram o mal natural.

---

<sup>93</sup> Muitos filósofos pensam que a defesa que Plantinga faz do livre-arbítrio como bem sucedida e definitiva acabando assim com o problema lógico do mal. Dentre tais filósofos pode-se citar, William P. Alston, Robert Adams e William Rowe.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGOSTINHO, S. *O Livre-Arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995.

LEIBNIZ, F. *Theodicy*. New Haven: Yale University Press, 1952.

MACKIE, J. *Evil and Omnipotence*. In: *The Philosophy of Religion*, ed. MITCHELL, B. London: Oxford University Press, 1971.

PLANTINGA, A. *The Nature of Necessity*. Oxford: Clarendon Press, 1974.

\_\_\_\_\_. *God, Freedom and Evil*. Michigan: Harper and Row, 1974.

\_\_\_\_\_. *God and Other Minds: A Study of the Rational Justification of the Belief in God*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

\_\_\_\_\_. *The Free Will Defense*. In: *Philosophy in America*, ed. BLACK, M. London: George Allen and Unwin, 1965.